



## Abordagem clínica e abordagem comunitária no combate ao alcoolismo

Julia Farenzena Zapelini<sup>1</sup>\* D, Erika Farenzena Cozer<sup>2</sup> D

## Resumo

O alcoolismo representa um grave desafio para a saúde pública. De acordo com o Ministério da Saúde, o consumo de álcool gera uma carga significativa de problemas indesejados e altamente custosos para as sociedades em todo o mundo (FILIZOLA, et al 2006). Segundo o Ministério da Saúde, para tratamento do alcoolismo o método da abordagem clínica consiste em uma avaliação completa, focada no paciente, levando em conta sua individualidade e o contexto sociocultural em que está inserido. Segundo Giffoni e Santos (2011), a Terapia Comunitária (TC) tem se mostrado uma abordagem promissora no tratamento do alcoolismo, ao valorizar os saberes populares e promover uma medicina mais humanizada, que se alinha às necessidades da população. A integração entre a abordagem clínica e a comunitária desponta como uma estratégia mais completa e eficaz, ao considerar tanto os aspectos biológicos e psicológicos quanto os determinantes sociais e culturais envolvidos na dependência alcoólica. A combinação dessas abordagens permite uma atenção mais humanizada, sensível e contextualizada, promovendo não apenas a redução do consumo de álcool, mas também a transformação das condições que favorecem sua persistência.

Palavras-chave: Saúde pública. Alcoolismo. Terapia comunitária.

O alcoolismo representa um grave desafio para a saúde pública. De acordo com o Ministério da Saúde, o consumo de álcool gera uma carga significativa de problemas indesejados e altamente custosos para as sociedades em todo o mundo, afetando os indivíduos em diversos aspectos de suas vidas





(FILIZOLA, et al 2006). Está relacionado a uma série de problemas sociais, incluindo acidentes de trânsito, conflitos familiares e afetivos, separações conjugais, além de estar frequentemente associado a crimes como homicídios e agressões a crianças e mulheres, bem como à evasão do trabalho e da escola. (NASCIMENTO., et al 2000). Diversas tentativas têm sido feitas para entender as causas do alcoolismo. Alguns estudiosos sugerem que suas origens estão ligadas a um intricado conjunto de fatores biológicos, psicológicos e sociais (BERTOLOTE, 1997; VAILLANT, 1995/1999). No âmbito biológico, fatores genéticos e influências ambientais são frequentemente citados como possíveis explicações para o consumo e a dependência do álcool. Cloninger (1987), concluiu que, em certos casos, o alcoolismo pode ser atribuído à hereditariedade genética, enquanto em outros, à influência do ambiente. Assim, a probabilidade de um indivíduo desenvolver o alcoolismo pode depender de sua posição dentro de uma cultura específica e das características do ambiente em que cresceu, conforme apontado por Vaillant (1995/1999).

Em suma, o alcoolismo é uma condição crônica marcada pelo consumo incontrolável de álcool. Segundo o Ministério da Saúde, dados do estudo Carga Global de Doenças indicam que, em 2021, o consumo de álcool foi responsável por 1,8 milhão de mortes em todo o mundo. No Brasil, em 2022, cerca de 21.315 óbitos foram diretamente relacionados ao uso de bebidas alcoólicas, conforme informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Isso representa uma média de duas mortes por hora no país em decorrência de problemas associados ao álcool.

Ainda segundo o Ministério da Saúde, para tratamento do alcoolismo o método da abordagem clínica consiste em uma avaliação completa, focada no paciente, levando em conta sua individualidade e o contexto sociocultural





em que está inserido. É importante engajar a comunidade e os membros que residem na mesma casa (familiares/cuidadores) nos processos de mudança. O fortalecimento da aliança terapêutica deve ocorrer por meio de uma compreensão empática do problema do cliente, aliada à aceitação incondicional (RANGÉ et al., 2008). O diagnóstico realizado pela equipe profissional é fundamental. A avaliação diagnóstica de um paciente com dependência do álcool envolve a observação de seu comportamento nos três meses anteriores, analisando fatores que contribuem para a recaída, como a pressão social, conflitos nos relacionamentos interpessoais, estados emocionais negativos — que englobam sentimento de tristeza, ansiedade, raiva, culpa, vergonha, solidão e estresse – além da própria dependência fisiológica e psicológica (ÁLVAREZ, A. M. AO.,2007).O processo da desintoxicação, consiste na remoção segura do álcool do organismo, por exemplo na dependência física, a substância passa a ser essencial para que o indivíduo mantenha seu funcionamento habitua, quando ocorre a interrupção do uso, surgem alterações físicas conhecidas como síndrome de abstinência ou síndrome de retirada, caracterizadas por um conjunto de sintomas específicos (CETOLINI SF., et al 2013).A abordagem com recursos medicamentosos como a introdução da naltrexona e do acamprosato, que passaram a ser utilizados como complemento ao tratamento psicossocial da dependência alcoólica. Mais recentemente, outros medicamentos, como o ondansetron e o topiramato, mostraram potencial para esse tratamento e estão em processo de aprovação. (CASTRO., et al 2004). É importante que o tratamento seja individualizado, considerando as características de cada paciente, suas necessidades e seu contexto social e familiar. Segundo Giffoni e Santos (2011), a Terapia Comunitária (TC) tem se mostrado uma abordagem promissora no tratamento do alcoolismo, ao valorizar os saberes populares e promover uma medicina mais humanizada, que





se alinha às necessidades da população. A dinâmica de grupos, onde os participantes se dispõem em círculo, permite que todos tenham a oportunidade de falar e serem ouvidos, criando um ambiente de acolhimento e empatia. Essa estrutura democrática, com a liderança de um facilitador, favorece a troca de experiências e a construção de um espaço seguro para a expressão de aflições relacionadas ao uso de substâncias psicoativas.

A TC não apenas atua na prevenção e no tratamento do alcoolismo, mas também reconhece e incorpora as práticas populares de cura, respeitando as particularidades culturais que permeiam o processo de saúde e doença. Essa abordagem amplia a compreensão do alcoolismo, não apenas como uma questão individual, mas como um fenômeno social que afeta comunidades inteiras. (GIFFONI., et al 2011).

Ao adotar uma perspectiva etnográfica, a TC permite que os profissionais de saúde se conectem com as realidades vividas pelos pacientes, promovendo um "estranhamento", ou seja, um olhar renovado e livre de julgamentos sobre aquilo que parece comum. Esse distanciamento crítico facilita a investigação e a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que influenciam o consumo de álcool. Assim, a Terapia Comunitária se apresenta como uma ferramenta valiosa para abordar o alcoolismo, ao integrar saberes locais e promover a participação ativa da comunidade no processo de cura (GIFFONI., et al 2011).

A abordagem comunitária se revela uma estratégia eficaz em associação com a abordagem clínica, uma vez que a TC se dedica a cuidar dos problemas psicossociais relacionados ao uso de álcool, promovendo o empoderamento tanto pessoal quanto comunitário, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos e a reinserção social. A participação nas sessões





terapêuticas incentiva os participantes a buscar o autoconhecimento e a estabelecer conexões sociais significativas. A troca de experiências durante as sessões cria um ambiente terapêutico de aceitação e escuta, permitindo que os indivíduos expressem seu sofrimento e compartilhem um conjunto de estratégias de superação que emergem da vivência cotidiana do grupo. Essa interação possibilita a ressignificação de problemas comuns entre os participantes da Terapia Comunitária, além da busca por soluções que são socialmente compartilhadas e adaptadas ao contexto cultural em que cada pessoa está inserida. (GIFFONI., et all 2011). Entretanto, Abordagem clínica foca no diagnóstico individualizado e na aplicação de intervenções terapêuticas específicas, como o uso de medicamentos e acompanhamento psicológico, buscando tratar diretamente os aspectos biológicos e psicológicos da dependência alcoólica, complementando assim o suporte oferecido pela abordagem comunitária.

Diante da complexidade do alcoolismo enquanto fenômeno multifatorial, é evidente que nenhuma abordagem isolada é suficiente para enfrentar seus diversos desdobramentos. A integração entre a abordagem clínica e a comunitária desponta como uma estratégia mais completa e eficaz, ao considerar tanto os aspectos biológicos e psicológicos quanto os determinantes sociais e culturais envolvidos na dependência alcoólica. Enquanto a clínica oferece suporte técnico, diagnóstico preciso e intervenções terapêuticas individualizadas, a Terapia Comunitária amplia o cuidado por meio da escuta coletiva, da valorização dos saberes populares e da construção de vínculos de pertencimento. Assim, a combinação dessas abordagens permite uma atenção mais humanizada, sensível e contextualizada, promovendo não apenas a redução do consumo de álcool, mas também a transformação das



condições que favorecem sua persistência. O enfrentamento do alcoolismo, portanto, exige um olhar integrador, que acolha o sujeito em sua totalidade e reconheça a importância de envolver a comunidade como agente ativa no processo de cuidado e reinserção social.

## **REFERÊNCIAS**

ÁLVAREZ, A. M. A (2007). Fatores de risco que favorecem a recaída no alcoolismo. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 188–193., 2007. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1590/S0047-20852007000300006">https://doi.org/10.1590/S0047-20852007000300006</a>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado: transtornos por uso de álcool no adulto – unidade de Atenção Primária – Planejamento terapêutico – Abordagem / Tratamento. Disponível em: <a href="https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtornos-por-uso-de-alcool-no-adulto/unidade-de-atencao-primaria/planejamento-terapeutico/">https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtornos-por-uso-de-alcool-no-adulto/unidade-de-atencao-primaria/planejamento-terapeutico/</a> (seção Abordagem / Tratamento). Acesso em: 07/08/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Ministério da Saúde reúne especialistas para discutir políticas de controle do álcool no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 23 out. 2024. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/ministerio-da-saude-reune-especialistas-para-discutir-politicas-de-controle-do-alcool-no-brasil.">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/ministerio-da-saude-reune-especialistas-para-discutir-politicas-de-controle-do-alcool-no-brasil.</a> Acesso em: 29 jul. 2025.

CASTRO, L. A., & BALTIERI, D. A.. (2004). Tratamento farmacológico da dependência do álcool. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 26, 43–46. https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000500011.

CETOLIN SF, TRZCINSKI C, MARCHI ACW. A internação de usuários de álcool e outras drogas em hospital geral. Saúde debate [Internet]. 2013Dec;37(spe1):122-9. Available from: https://doi.org/10.1590/0103-11042013E13

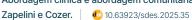
FILIZOLA, C. L. A., PERÓN, C. DE J., NASCIMENTO, M. M. A. DO ., PAVARINI, S. C. I., & PETRILLI FILHO, J. F.. (2006). Compreendendo o alcoolismo na família. *Escola Anna Nery*, 10(4), 660–670. https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000400007.



Página 6

## DIÁLOGOS EM SAÚDE

Abordagem clínica e abordagem comunitária no combate ao alcoolismo





GIFFONI, F. A. DE O., & SANTOS, M. A. DOS .. (2011). Terapia comunitária como recurso de abordagem do problema do abuso do álcool, na atenção primária. Revista Latino-americana De Enfermagem, 19(spe), 821–830. https://doi. org/10.1590/S0104-11692011000700021.

NASCIMENTO EC DO, JUSTO JS (2000). Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. Psicol Reflex Crit [Internet]. 2000;13(3):529–38. Available from: https://doi. org/10.1590/S0102-79722000000300020

RANGÉ, B. P. (2008) Terapia cognitivocomportamental de transtornos de abuso de álcool e dependência. Revista Brasileira de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. xx-yy, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/Ht4t7VqdH3BwnQTVHywhSfD/. Acesso em: 29 jul. 2025

Página 7